

Direito



Perspectivas de Gênero no Orçamento Estadual do Paraná: Uma Análise de 1986 a 2024

Este artigo é resultado de uma pesquisa acadêmica focada na análise do orçamento do Governo do Estado do Paraná, sob a perspectiva de gênero, cobrindo o período de 2008 a 2011. A análise foi historicamente ampliada de 1986 até uma projeção para o ano de 2024, para compreender como o orçamento reflete a perspectiva de gênero nas principais leis estaduais, como a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA). A pesquisa foi conduzida no contexto do Estado do Paraná e analisou políticas e orçamentos estaduais. O projeto foi uma iniciativa das professoras Marina Michel Martynychen e Allana Campos Marques Schrappe, apresentada à turma 5DIAN no primeiro semestre de 2023, como parte de um projeto de extensão. Prosseguiu no segundo semestre, culminando na apresentação dos resultados à Bancada Feminina da Assembleia Legislativa do Paraná e aos cidadãos paranaenses. As pesquisadoras envolveram-se na análise de

documentos oficiais, legislações, orçamentos, além da compilação de dados sobre representação feminina e políticas de gênero. Em particular, concentraram-se nas Leis Orçamentárias do Paraná de 2008 a 2011, complementando a análise com dados históricos anteriores e posteriores a este período para obter uma visão mais ampla. O projeto foi executado pelas alunas Alessandra Klein, Cláudia Minari Sassi, Doroti Bürkner, Letícia Ramos e Yandra Lopes, que se dedicaram a investigar vários períodos históricos e dimensões relacionadas ao gênero no orçamento paranaense. Yandra Lopes dedicou-se à introdução do artigo e à avaliação das projeções futuras para questões de gênero no Plano Plurianual (PPA) até 2024. Letícia Ramos examinou o intervalo de 1986 a 1994, proporcionando uma visão inicial crucial para o estudo. Cláudia Minari Sassi explorou o período de 1994 a 2008, destacando as mudanças significativas e os avanços nas políticas públicas de gênero. Alessandra Klein concentrou-se no período de



2008 a 2011, ressaltando os principais dados coletados na análise das políticas públicas relacionadas ao gênero. Por fim, Doroti Bürkner encarregou-se do período de 2012 a 2023, trazendo à luz as políticas mais recentes e pertinentes ao gênero. Essencialmente, todas participaram ativamente na análise do intervalo de 2008 a 2011, dando atenção especial ao Plano Plurianual (PPA), às Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e às Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Adotaram uma metodologia minuciosa de coleta de dados, preenchendo fichas com as informações requisitadas pelas orientadoras, visando à construção do artigo final. O objetivo principal da pesquisa foi identificar programas e ações orçamentárias relacionados à política de gênero no Paraná, analisando a evolução das políticas de gênero e sua implementação nas leis orçamentárias. O estudo revelou uma limitada representação feminina em cargos de liderança e a falta de diretrizes específicas sobre políticas de gênero na LDO até 2013. A partir desse ano, notou-se um incremento nas políticas públicas direcionadas especificamente às mulheres, incluindo a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher. Sob a orientação das professoras Marina Michel Martynychnen e Allana Marques, o projeto guiou as alunas por meio do processo de pesquisa e análise. A pesquisa destaca a importância da incorporação da perspectiva de gênero nas políticas e orçamentos públicos e demonstra como a atenção a essas questões evoluiu ao longo do tempo no Paraná. Apesar dos avanços observados, especialmente após 2013, a análise indica a necessidade de políticas mais inclusivas e representativas para enfrentar as desigualdades de gênero e promover uma sociedade mais justa e igualitária, alinhando-se com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. A pesquisa identificou que, até 2013, não havia um

direcionamento orçamentário explícito voltado ao gênero, exceto pelo programa Mãe Curitibana. A partir de 2013, com a criação da Secretaria da Mulher e, posteriormente, em 2023, com a criação do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, houve um aumento na atenção às questões de gênero e aos grupos mais vulneráveis na sociedade paranaense. Foi observado um hiato nas políticas públicas relacionadas a negros entre 2016 e 2019, indicando uma área de preocupação na continuidade e no foco das políticas públicas voltadas para a igualdade racial. A colaboração minuciosa e a divisão de tarefas entre as participantes possibilitaram uma análise completa e multifacetada das políticas orçamentárias do Paraná sob a ótica de gênero. A pesquisa ressaltou a necessidade de continuar desenvolvendo políticas públicas inclusivas que abordem explicita e eficazmente questões de gênero e igualdade racial. A apresentação dos resultados não somente constituiu um valioso exercício acadêmico, mas também ofereceu uma contribuição importante para o debate público e a formulação de políticas no Estado, destacando o papel vital da universidade na análise e promoção de políticas públicas mais justas e equitativas.



Turma: 5º DIAN

Acadêmicas: Alessandra Klein, Cláudia Minari Sassi, Doroti Bürkner, Letícia Ramos e Yandra Lopes

Orientadoras: Marina Michel de Macedo Martynychnen e Allana Campos Marques Schrappe

O Curso de Direito

O Curso tem como objetivo propiciar, em conjunto com uma sólida formação jurídica, a preparação do bacharel ao exercício competente de todas as carreiras jurídicas, além de preparar cidadãos conscientes e comprometidos com os problemas de seu tempo e com a transformação social. O curso tem proposta diferenciada, com projetos integrados de ensino, extensão e pesquisa e excelente conceito na comunidade.

O profissional poderá trabalhar em: Advocacia; Magistratura; Promotor de Justiça; Procurador do Estado; Procurador da República; Advogado Geral da União; Delegado; Defensor Público; Assessor ou Consultor Jurídico; Professor Universitário.

